

O BRASIL SOB A HEGEMONIA DA ORTODOXIA NEOLIBERAL: ALGUMAS REFLEXÕES

THE BRAZIL UNDER THE HEGEMONY OF NEOLIBERAL ORTOXY: SOME REFLECTIONS

Francisca Clara de Paula Oliveira*

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar uma breve reflexão da conjuntura brasileira nas duas últimas décadas do século XX, centrando o foco da análise no período em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso governou o país (1995-2002). Esta reflexão é indispensável para se entender como se consolidou, nos anos 1990 a adesão dos governos brasileiros às políticas de ajuste de orientação neoliberal propugnadas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e pelo Banco Mundial - BM.

PALAVRAS-CHAVE: Conjuntura Brasileira – Política Neoliberal – Fundo Monetário Internacional Banco Mundial.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present a brief reflection of the situation in Brazil in the last two decades of the twentieth century, centering the focus of analysis in the period when President Fernando Henrique Cardoso ruled the country (1995-2002). This reflection is essential to understanding how consolidated in the 1990 Brazilian governments' adherence to the policies of neoliberal adjustment advocated by the World Bank - WB and the IMF

KEYWORDS: Brazilian Context – Neoliberal Politics – International Monetary Fund – World Bank.

INTRODUÇÃO

AS TENDÊNCIAS DA ECONOMIA CAPITALISTA MUNDIAL NO PERÍODO DE 1930 A 1970 E OS CAMINHOS ESCOLHIDOS PELO BRASIL.

A chamada grande depressão de 1929¹, abriu uma nova fase na economia capitalista mundial. A paralisação na economia capitalista durante os anos 1930 colocou os países capitalistas desenvolvidos diante de novos desafios econômicos e sociais. As

principais características da depressão dos anos 30 foram: diminuição da produção dos produtos, queda no volume do comércio mundial, desintegração do sistema monetário internacional, escassez do financiamento externo para os países de produção agrícola e a diminuição dos preços dos produtos primários. Em outras palavras, as economias dos países capitalistas mais ricos e industrializados entraram em colapso e isso afetou diretamente o volume de exportação dos países mais pobres e de tradição agrícola, que dependiam dos países mais industrializados para comprar seus produtos. O resultado foi a acumulação de grandes estoques de produtos nas prateleiras, máquinas paradas e desemprego. As consequências da recessão dos anos 30 respingaram em vários campos.

No campo político-ideológico, tivemos a ascensão do nazi-facismo. Uma parte da burguesia, preocupada com o crescimento do comunismo, representado pelo então Estado Soviético, decide apoiar e patrocinar os regimes nazi-fascistas na Alemanha e na Itália. A ascensão de Hitler em 1933 foi, em parte, determinada por este contexto.

No campo econômico, assistimos ao aparecimento de novas práticas de intervencionismo econômico que demarcaria um novo tempo para o capitalismo. Foi nesse contexto que, dentre alguns outros economistas, o inglês John Maynard Keynes² comandou, com todo seu prestígio acadêmico e político, a defesa de um novo modelo econômico. Para Singer (2001, p. 50): “a ortodoxia econômica até então em vigor preconizava rigoroso equilíbrio fiscal e políticas monetárias passivas, regidas pelas entradas e saídas de ouro no país”.

Chamamos atenção para dois aspectos que observamos na realidade mundial após a chamada era keynesiana (1945-1970):

1 - O primeiro refere-se à conformação de parte do operariado americano e europeu aos benefícios oferecidos pelo chamado Estado do bem-estar social.³ Os bons sistemas de saúde, de previdência social e de educação vistos até os dias atuais, nos países mais ricos da Europa, foram consolidados durante o período do *welfare state*. A “proteção social”, assegurada via setor público, constituirá num dos alvos da crítica vinda da direita ideológica norte-americana e inglesa a partir dos anos de 1970.

2 - O segundo aspecto importante, estreitamente vinculado ao primeiro, refere-se à relevância das idéias “keynesianas” para a formulação de uma nova concepção do capitalismo, o chamado capitalismo regulado.⁴ Nesta concepção, a intervenção estatal

passa a ter um papel decisivo para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da questão social. A atuação do Estado na área econômica, com fornecimento de infra-estrutura básica (abertura de estradas, energia, telecomunicações e transportes) para a indústria e, na área social, com os investimentos para a expansão do setor público, ajudou a criar novos postos de trabalho e a diminuir as taxas de desemprego. Neste contexto, o Estado expandiu sua capacidade empregadora.

Para finalizar esta breve referência ao modelo político-econômico Keynesiano⁵, menciona-se, a seguir, dois aspectos presentes nesta teoria que, ao nosso ver, confrontam diretamente com o modelo neoliberal. O primeiro trata da crítica ao chamado princípio da austeridade fiscal.⁶ Segundo J.M.Keynes, a aplicação ortodoxa deste princípio era um mito e deveria ser questionado. Para o economista inglês, em momentos de crise e desemprego, o Estado poderia gastar mais do que arrecadava, pois o reaquecimento da economia impulsionaria uma melhor arrecadação e equilibraria a situação.

Um segundo aspecto observado na teoria econômica defendida por Keynes, contrário ao receituário neoliberal, refere-se aos objetivos das políticas econômicas numa fase de depressão econômica, ao acompanhamento das flutuações do nível de emprego e ao controle da movimentação do capital ocioso.

AS REPERCUSSÕES DA CRISE MUNDIAL DE 1930 PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.

Para o Brasil a recessão econômica e a demanda de alguns produtos no mercado mundial, em decorrência dos transtornos pós-Primeira Guerra, foram determinantes para a decisão do governo federal de ampliar o investimento na indústria brasileira. Decisão solapada pela crise da cafeicultura exportadora

Mesmo incipiente, o desenvolvimento urbano-industrial começa a querer a assumir o papel de carro-chefe da economia, em substituição ao setor agrário-exportador. Tal pretensão não teria sido possível sem a decisão do então Presidente Getúlio Vargas que, no seu primeiro governo (1930-1935), resolve, sem romper com a elite agrária, colocar ênfase no apoio ao desenvolvimento industrial.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1937-45), que, como é sabido, através de um golpe instaurou o chamado Estado Novo. A indústria nacional que tinha até então se desenvolvido ajudada pela conjuntura mundial, entra num impasse. Faltavam as condições básicas de infra-estrutura, como estradas, matéria-prima, telefones e energia elétrica para manter o caminho do crescimento.

Dante de tal demanda e da indecisão do setor privado em investir, o governo de Vargas decide intervir diretamente na economia. A partir de então, o capital industrial terá o suporte financeiro do Estado que, na posição de agente investidor, cria empresas de telecomunicações e energia, constrói estradas, enfim, propicia uma certa infra-estrutura para que a indústria nacional se consolide como o principal setor econômico do país. Além das medidas no plano econômico, o governo de Getúlio Vargas, atendendo à pressão dos movimentos operários e populares, implanta as chamadas Leis Trabalhistas, que iriam regulamentar e reconhecer as históricas reivindicações dos sindicatos tais como: 13.^º salário, férias, jornada de trabalho de oito horas e a instituição do salário mínimo.

Para Singer (1987 p. 71), o plano econômico do Governo Vargas apresentava analogias com as teses de J.M.Keynes, embora o fizesse de forma inconsciente. Nas palavras do autor: “O governo brasileiro agia pragmaticamente, dando apoio direto às atividades atingidas pela crise e assim praticava inconscientemente política keynesiana de sustentação da demanda efetiva.”

A despeito do conservadorismo do governo de Vargas, expresso na perseguição aos movimentos populares e aos sindicatos comunistas, este governo aplicou um modelo pragmático de capitalismo que proporcionou algumas mudanças ao Brasil, no seu perfil tradicional agroexportador. Com o apoio desse governo, a indústria nacional cresceu, o que implicou um aumento do número de trabalhadores assalariados e novas condições de luta social.

Em 1945, Vargas é deposto do poder, retornando em 1951, através de eleição. O retorno de Vargas ao poder servia de indicador do anseio das massas pela continuidade do projeto desenvolvimentista e por reformas estruturais. Após a morte de Vargas, em 1954, a economia brasileira ganha novos rumos com o governo do Presidente eleito Juscelino Kubitschek - JK.

O governo de JK (1956-1961) dá novos contornos à política econômica brasileira. O Plano de Metas defendido por JK, que contou com a participação do economista Celso Furtado, era um projeto que tinha, dentre outros objetivos, o de promover a produção nacional de automóveis. Com a implantação do parque industrial automobilístico, JK imaginava fortalecer a indústria nacional, aumentar o poder de exportação e atrair mais investimentos estrangeiros para o país. A indústria automotiva, beneficiada com esta decisão do governo, torna-se o setor mais dinâmico da economia brasileira a partir de então.

A política econômica de Juscelino Kubitscheck, que buscava atrair empresas multinacionais para se instalar e produzir carros no Brasil, consolidava a hegemonia do capital monopólico no Brasil, pois, a partir deste período, uma boa parte das riquezas produzidas no país passou a ser controlada por corporações estrangeiras.

A vinda de novas empresas estrangeiras para o Brasil era uma consequência das novas estratégias adotadas pelas corporações econômicas mundiais para os países da periferia capitalista.

Após a Segunda Grande Guerra, o capital financeiro internacional, em conluio, com os governos capitalistas, procuraram consolidar sua hegemonia, sob o comando dos Estados Unidos da América – EUA. Assim, foram elaboradas novas estratégias de dominação econômica e política. Dentre estas estratégias, o aumento dos investimentos diretos na economia, em especial, na produção industrial. A ideia subjacente era a de que cada região do mundo, desde o leste da Ásia, passando pela África, chegando até a América Latina, teria um papel importante nessa nova ordem imperial neocolonial.

Os países periféricos funcionariam não só como mercados, mas também como uma espécie de oficina para o mundo rico, configurando-se uma forma ampliada de exploração. Essa estratégia das grandes empresas também serviu para pressionar os operários das suas matrizes, fortemente organizados em sindicatos, a negociar salários menores.

Nos anos 50, do ponto de vista estrutural, as políticas desenvolvidas pelo governo de JK mudaram os rumos do Brasil, consolidando no país o desenvolvimento industrial.⁷

Entretanto, do ponto de vista social, o projeto econômico de JK não contemplava qualquer mudança substantiva. Como diz Albuquerque (2004, p. 45):

Altamente protegida da competição externa, concentrada especialmente em São Paulo, a indústria substitutiva de importações engendrou, nos anos 1950 e 1960, processos de diferenciação estrutural de produção e clivagens no mercado de trabalho, que redundou tanto no agravamento da distribuição interpessoal de renda do sudeste, quanto na ampliação dos desequilíbrios inter-regionais (em particular entre o Sudeste e o Norte-Nordeste).

As desigualdades entre as regiões Norte e Nordeste e Sul e Sudeste aparecem como característica marcante do Brasil, ao lado da pobreza e do analfabetismo. Os indicadores sociais comprovam que o crescimento econômico ocasionado pelo desenvolvimento industrial patrocinado pelos governos de Vargas e Juscelino Kubitschek não alcançou todas as regiões do país. O Norte e o Nordeste continuaram concentrando maior número de pobres e analfabetos, ao mesmo tempo em que o Sul e o Sudeste, em especial o estado de São Paulo, assumiam sua posição de condutores do desenvolvimento do país.⁸

As disparidades sociais e inter-regionais sintetizam dois aspectos marcantes da história do Brasil: a hegemonia dos grupos oligárquicos no comando do poder público⁹ e a especificidade do capitalismo no Brasil, marcado pelo ingresso tardio no desenvolvimento industrial. Estes dois aspectos interligados constituíram durante todo o século XX, um dos principais determinantes das decisões políticas tomadas pelos governantes.

A posse de João Goulart em 1961, em virtude da renúncia do então Presidente Jânio Quadros, foi visto pelas elites dominantes como uma ameaça à ordem oligárquica. Os vínculos políticos de Goulart com os movimentos populares e com os comunistas serviram de pretexto para as classes dominantes justificarem o golpe militar de 1964.

Do ponto de vista internacional, a ameaça de “contaminação” derivada da revolução cubana (1959), pelas repercussões que esta poderia trazer para os movimentos populares, no Brasil, e em toda à América latina, reforçaram o tradicional reacionarismo das oligarquias, associadas e comandadas pelos Estados Unidos. No Brasil, isto se traduzia na necessidade de policiar mais de perto o governo Goulart e as lutas sociais por reformas mais radicais no país.

Em março de 1964, através de um golpe militar, João Goulart foi deposto do cargo de Presidente da República.¹⁰ A implantação da ditadura militar no Brasil servia de indicador das novas diretrizes que estavam sendo preparadas pelos governantes dos países mais industrializados sob o comando dos Estados Unidos, para os países da América Latina. A proposta de militarização do Estado na América Latina, além das

motivações ideológicas, que devia salvaguardar os países da América Latina do “comunismo” era também econômica, criar as condições favoráveis à nova forma de acumulação do capital.¹¹

Como analisa Singer (1987, p. 64), “o processo de proliferação de ditaduras militares na América Latina foi uma reação ideológica das classes dominantes mundiais, sob as ordens dos EUA, no intuito de pôr em prática, nestes países, políticas de desestatização da economia”.

A política de desestatização da economia, mencionada acima pelo economista brasileiro, foi a solução encontrada pela burguesia norte-americana e inglesa, para salvar a ordem capitalista mundial de mais uma crise, iniciada no final dos anos 1960. Um dos sintomas visíveis desta nova crise foi o chamado 1.º choque do petróleo.

Segundo Eric Hobsbawm (1995, p. 459),

a crise internacional do petróleo, em 1973, transformou o mercado de energia, pois, sob pressão do cartel de produtores de petróleo, OPEP, o preço do produto, então baixo e, em termos reais, caindo desde a guerra, mais ou menos quadruplicou em 1973, e mais ou menos triplicou, de novo, no fim da década de 1970, após a Revolução Iraniana.

O aumento do preço do petróleo desencadeou importantes mudanças nos fluxos financeiros mundiais.¹² Dentre os efeitos mais marcantes, está o grande fluxo de dólares, os chamados petro-dólares, que circulavam nos bancos comerciais internacionais e que eram ofertados em forma de empréstimo para os países periféricos. Na visão de Hobsbawm, “poucos países em desenvolvimento resistiram à tentação de aceitar os milhões assim carreados para seus bolsos, e que iriam provocar a crise da dívida mundial de inícios da década de 1980” (id.; ibid.).

A crise do petróleo, em 1973, foi somente um dos estopins do agravamento da questão social mundial, com destaque para o problema do desemprego.

As características marcantes da conjuntura mundial, a partir dos anos 1970, foram:

1 - Aumento expressivo do desemprego;¹³

2 - A chamada terceira revolução industrial.¹⁴ O avanço tecnológico, representado principalmente pela aplicação do microprocessador a partir dos anos 70, que ampliou o processo de automação em todas as áreas, se constituiu num forte

poupadão de mão-de-obra, ajudando a aumentar o número de desempregados nos próprios centros do sistema capitalista;

3 - A intensificação do processo de transnacionalização da economia. A terceira característica do contexto mundial dos anos 70 foi a intensificação do processo de instalação de filiais de empresas multinacionais americanas, japonesas e européias em países com condições industriais mínimas, como mão-de-obra qualificada barata e, com pouca ou nenhuma tradição de organização sindical.

Os efeitos do novo desenho da economia capitalista mundial pós-1970 foram assim descritos pelo economista brasileiro Celso Furtado (1992, p. 30):

[...] como consequência da crise dos anos 1970, a década de 1980 ficou marcada por uma lenta absorção de mão-de-obra, o que se traduz em desemprego crônico e em pressão para a baixa de salários da mão-de-obra não especializada. O que se vem chamando de sociedade de serviços, constitui uma mistura de elevada taxa de desemprego com uma parcela expressiva da população trabalhando em tempo parcial e precariamente.

Intensifica-se, neste período, a pressão dos representantes do grande capital, com destaque para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, sobre os países periféricos para que os governos destes países realizem as chamadas reformas estruturais ou políticas de desestatização da economia.¹⁵

Estas contra reformas estruturais são as novas condições impostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI para a efetivação dos novos empréstimos externos. Estas condições tinham como principal finalidade dar segurança aos credores internacionais do retorno do capital emprestado, com os “devidos” lucros. Nas palavras do próprio Banco Mundial: “gerar divisas suficientes para evitar contrações repentinhas”¹⁶. Ou seja, os países endividados deveriam, além de gerar uma poupança com dinheiro suficiente para pagar a dívida contraída, aprovar também leis que abolissem quaisquer restrições à entrada do capital externo no país.

Para atingir tal objetivo, o Banco Mundial recomendava que os países deveriam: reduzir o déficit em conta corrente, aumentar as exportações e reduzir os gastos internos.¹⁷ Isto significava, na prática, a adoção de políticas recessivas e, principalmente, corte de investimentos públicos nas áreas sociais. Em 1984, o Banco Mundial emprestou um montante de 4,5 bilhões de dólares para apoio aos programas de reformas econômicas em 16 países.¹⁸

Segundo o Banco Mundial, essas políticas de “ajustamento” da economia ajudariam, tanto os países mais ricos, quanto os mais pobres, a superar a crise econômica que perdurava desde o início dos anos 1970. Entretanto, o próprio Banco Mundial reconhecia que essas políticas talvez não evitassem o agravamento da desigualdade social no mundo, em face do problema da elevada concentração das riquezas. Segundo dado apresentado pelo próprio Banco, em 1980, somente 380 companhias transnacionais registraram vendas de cerca de 1 trilhão de dólares, o que dá quase 3 bilhões de dólares por firma. São estas corporações as donas de $\frac{3}{4}$ de todo o dinheiro emprestado pelo FMI e Banco Mundial.¹⁹

Isto significava, dentre outras coisas, que os estados nacionais, que tiveram um papel importante no crescimento da economia após a crise dos anos 1930, no chamado período Keynesiano (1945-1970), deveriam passar para um conglomerado de corporações transnacionais o poder de decidir os objetivos e as finalidades de suas políticas econômicas.

As políticas de câmbio flexível e de superávit fiscal, aplicadas em alguns países, como o Chile, Argentina e o Brasil²⁰, podem ser colocadas como exemplos do novo receituário proposto pelo FMI e Banco Mundial, a partir dos anos 1970, favorável ao capital financeiro.

A partir destes elementos da política mundial, analisaremos como se realizou, no Brasil, o consenso favorável às reformas estruturais recomendadas pelo FMI e Banco Mundial.

AS “NOVAS” DIRETRIZES POLÍTICAS E ECONÔMICAS PROPOSTAS PELAS ELITES DOMINANTES MUNDIAIS PÓS-1970 E AS REPERCUSSÕES PARA O BRASIL

Dentre os fatos marcantes ocorridos na política mundial, nas três últimas décadas do século passado, destacamos a re-configuração do modelo de acumulação do capital mundializado, conhecidas como o Consenso [neoliberal] de Washington.²¹ Nas diretrizes propostas pelo documento produzido em Washington, as elites internacionais anunciavam ao mundo, em particular aos países periféricos, as novas regras políticas e econômicas para inserção na ordem econômica mundial.

O ideário neoliberal está estreitamente vinculado com as mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento e acumulação capitalista, a partir dos anos 1970. Para

Celso Furtado (1999, p. 7), nesta nova etapa da história da economia capitalista, conhecida como “capitalismo global,”

(...)prevalece uma fantástica concentração de poder que hoje se manifesta nos chamados mercados financeiros, que são dominados por atividades especulativas cambiais (...) daí que a distribuição de renda em escala mundial seja crescentemente determinada por operações de caráter virtual, efetuadas na esfera financeira.

A doutrina neoliberal constitui-se a expressão política desta chamada nova economia ou globalização. Os pilares básicos da ortodoxia neoliberal são: a defesa do livre comércio, a abertura dos mercados e a redução do papel do Estado. Na concepção do cientista político argentino Atílio Baron (1999, p. 9), "o triunfo do neoliberalismo é mais ideológico e cultural do que econômico". O autor justifica sua afirmação, argumentando que o avanço do ideário neoliberal pelo mundo, verificado a partir dos anos 1970 nas economias capitalistas, orienta-se sobre uma derrota epocal das forças populares e das tendências mais profundas da reestruturação capitalista, e se manifesta em quatro dimensões: a) mercantilização dos direitos sociais; b) a "satanização" do chamado Estado do Bem Estar Social; c) a criação de um senso comum neoliberal; d) convencimento das elites políticas e de significativos setores capitalistas de que não existe alternativa ao ideário neoliberal.

Em nível mundial, o modelo econômico neoliberal foi aplicado nos anos 1970 e 1980 do século passado, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos, e imposto em alguns países da América Latina, entre os quais estavam Argentina, Chile, México e o Brasil.

As chamadas políticas liberalizantes significavam, além de outras coisas, a eliminação dos controles que os países impunham à entrada de produtos estrangeiros, para proteger a produção nacional.

Os relatórios do FMI e do Banco Mundial acerca do desenvolvimento mundial pós-1970, contêm as “recomendações” que, supostamente, deveriam permitir aos países periféricos superar as crises econômicas e, o problema do desemprego. Entre estas recomendações está a abertura dos mercados internos à concorrência estrangeira, concorrência que deveria ser viabilizada através da privatização das empresas estatais, de energia, transportes e telecomunicações, até chegar aos serviços ofertados à

população como saúde, educação e previdência social. Pois segundo esta lógica de dominação pelo mercado, os países com mais tecnologia e educação serão os vencedores nesta nova fase da economia.²²

Para Fiori (1995, p. 133),

(...) sobretudo na segunda metade dos anos 80, as proposições defendidas pelo Banco Mundial deslocaram a ênfase da discussão, pela necessidade de acompanhar as políticas de estabilização, com reformas enfocadas na desregulamentação dos mercados financeiros, na privatização do setor público e na redução do Estado.

No Brasil, consideramos que as recomendações do Banco Mundial e do FMI tornam-se mais visíveis a partir dos planos econômicos adotados pelos governos brasileiros a partir de meados de 1980.²³

Os governos eleitos a partir de 1990, Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), adotaram, como premissas de seus projetos de governo, o novo consenso favorável às mudanças conservadoras. O primeiro deles, o governo Collor (1990-1992), adota em seu programa econômico as seguintes linhas prioritárias: 1- reforma administrativa, patrimonial e fiscal do Estado; 2- renegociação da dívida externa e abertura comercial; 3- liberação dos preços e desregulamentação salarial. Para Maria da Conceição Tavares (1993, p. 153), o governo Collor “(...) dá prioridade absoluta para o mercado como orientação e caminho para a nova integração econômica internacional e modernidade institucional.”

Em 1994, realiza-se a segunda eleição para presidente da república, após o regime militar. Nesta eleição, o então Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco e um dos organizadores do Plano Real,²⁴ Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é eleito Presidente. O governo de FHC avança no programa de reformas iniciado no governo Collor e adota, como política prioritária a reforma do Estado, centrada na privatização das empresas estatais, na implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal e na plena abertura comercial.²⁵

No cerne das diretrizes do governo FHC, encontra-se a defesa de uma revisão do papel do Estado e, por conseguinte, a privatização dos serviços públicos, a defesa da tecnologia a serviço da competitividade e do mercado e o compromisso com o corte nos investimentos públicos através da aprovação da chamada “Lei de Responsabilidade Fiscal”, aprovada pelo Congresso Nacional em 2000.

Os fatos acima mencionados permitem afirmar que o governo FHC aprofundou a orientação neoliberal dos governos Collor de Melo e Itamar Franco. Portanto, excetuando-se algumas diferenças de estilo, todos eles demarcaram uma nova fase na história político-econômica brasileira. A partir desses governos, as diretrizes neoliberais, proclamadas no Consenso de Washington²⁶ passaram definitivamente a guiar as políticas econômicas e sociais do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo passado mais de uma década de neoliberalismo no Brasil, os efeitos negativos deste modelo para a economia e a sociedade brasileira foram assim descritos por Celso Furtado (1992, p. 32):

(...) a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno, para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre estas.

Segundo Furtado, este modelo retirou do Estado qualquer possibilidade de intervenção nos rumos da economia. As decisões sobre o que importar, o que produzir e a que mercados internos e externos se dirigir, foram passadas para o âmbito das grandes empresas. Nesta lógica, a alternativa foi apoiar-se no mercado internacional e depender das empresas transnacionais. Ora, salienta o autor: “considerando o perfil de desenvolvimento destes impérios, poderia se saber que uma lenta geração de emprego, resultaria numa margem crescente de desemprego estrutural. (id.;ibid.)”.

O desemprego foi apontado como um dos fatores responsáveis pela grave situação social do país. Segundo Pochmann (2001), as políticas de revisão do papel do Estado, implantadas a partir da década de 1990 no Brasil, ao contrário do que defendiam seus elaboradores, não melhoraram a situação do emprego formal e assalariado, e ainda acarretaram um saldo negativo para a qualidade dos empregos oferecidos.

Para esse autor, a reorientação do papel do Estado, a partir da última década, “refletiu negativamente no volume de empregos”. Assim, nos últimos dez anos,

3,2 milhões de empregos assalariados foram eliminados da economia brasileira, sendo 17% de responsabilidade direta do Estado.²⁷

Outro dado importante destacado por Pochmann, é que a recuperação econômica, ocorrida durante o primeiro mandato do governo FHC (1993 -1997), correu sem a expansão do emprego industrial, fato desconhecido desde 1930.

Tomando como referência outro estudo realizado pelo Instituto de Altos Estudos Avançados – INAE (2004), verificamos que, além do desemprego, a pobreza, o analfabetismo e as desigualdades sociais continuam marcando a questão social do país.²⁸

Guardadas as singularidades naturais, políticas e econômicas de cada região e do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o que procuramos mostrar neste texto foi que, apesar da miséria, do analfabetismo e das disparidades regionais não serem produtos exclusivos das políticas neoliberais, este modelo econômico agravou ainda mais a desigualdade social no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, R.C. *A questão social no Brasil: um balanço do século XX*. Rio de Janeiro: INAE, 2004.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre o desenvolvimento mundial*. Washington, 1981.

_____. *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial - 1985* – Rio de Janeiro - Fundação Getúlio Vargas. 1985

_____. *Informe sobre o desenvolvimento mundial*. Washington, D.C -1981.

BORON, A. A. Os novos leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia? Emir Sader e Pablo Gentil, (orgs.) Petrópolis: RJ: Vozes, 1999.

CHOMSKY, N. *O Lucro ou as pessoas?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* 10. ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

FIORI, J. L. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. *Novos Estudos.* CEBRAP, São Paulo, n.43, p.159-72, nov. 1995.

FURTADO, Celso. *Brasil – a construção interrompida.* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: 24 ed. Companhia Editora Nacional, 1999.

HOBSBAWAM, E. *A era dos extremos (o breve século XX – 1914-1991).* 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS. *A questão social no Brasil: um balanço do século XX.* Rio de Janeiro: INAE, 2004.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores). SINGER, P. *O capitalismo: sua evolução, lógica e dinâmica.* São Paulo: Moderna, 1987.

MOGGRIDGE, D.E. *As idéias de Keynes.* São Paulo: Cultrix, 1976.

SADER, E. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América latina.* São Paulo: Pólis. 1982.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB. *Declaração programática.* Brasília: PSDB. 2001. Disponível no site: www.psdb.org.br. Acesso em 03/09/2004.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 2001

_____. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2001.

SINGER, P. *O capitalismo: sua evolução, lógica e dinâmica.* São Paulo: Moderna, 1987.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnósticos e perspectivas.* São Paulo: Contexto, 2001.

TAVARES, M.C. *Desajuste Global e Modernização Conservadora.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1990), mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1996) e doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2005).

¹ SINGER, P. *O capitalismo: sua evolução, lógica e dinâmica.* São Paulo: Moderna, 1987. p. 40 “o colapso da Bolsa de Nova York em 1929 desencadeou o início da pior crise da história do capitalismo. Durante quatro anos, a produção, o consumo e o emprego baixaram sem cessar. (...) a esta crise excepcional seguiram-se quatro anos de depressão e lenta recuperação, que desembocaram em nova crise violenta (1938), seguida por outra depressão, que terminaria poucos anos depois, por causa das condições excepcionais, suscitadas pela Segunda Guerra Mundial”.

² KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores). SINGER, P. *O capitalismo: sua evolução, lógica e dinâmica.* São Paulo: Moderna, 1987. p. 50 . “Coube ao economista britânico John Maynard Keynes comandar a revolução teórica que tornou possível a regulação estatal da conjuntura, sobretudo no período posterior à Segunda Guerra Mundial. As proposições essenciais da nova teoria podem ser sintetizadas na relação entre nível de produção e de emprego, de um lado, e demanda efetiva, de outro.”

³ O Estado do bem-estar social, ou comumente conhecido como “*welfare state*”, corresponde à representação política do modelo de capitalismo regulado pelo Estado, proposto na teoria econômica defendida por J.M. Keynes. O conceito de Estado de bem-estar está relacionado às funções sociais que o Estado passou a ter no período de 1940-1970. Neste período do capitalismo, a classe operária obteve conquistas tais como: previdência social, educação, saúde e acesso à cultura em geral. Graças à ampliação do serviço público, os operários norte-americanos e europeus puderam usufruir os resultados do avanço tecnológico e assegurar melhores condições de vida. A intervenção do Estado possibilitou um desenvolvimento econômico com melhor distribuição de renda.

⁴ TAVARES, M.C. *Desajuste Global e Modernização Conservadora.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 55. Segundo a autora: “A expressão “países de capitalismo regulado,” significa a situação em que a

intervenção estatal tem sido decisiva no pós-guerra, não somente no plano macroeconômico, mas também na política industrial, mediante estímulos e financiamento público.”

⁵ Para uma análise mais detida do modelo econômico defendido por John Maynard Keynes, ver: KEYNES, J.M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção “Os Pensadores”); MOGGRIDGE, D.E. *As idéias de Keynes*. São Paulo: Cultrix, 1976.

⁶ De acordo com o princípio da austeridade fiscal, o Estado não pode gastar mais do que arrecada. Dessa forma, as metas econômicas e sociais ficam subordinadas as prioridades orçamentárias do Estado.

⁷ SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnósticos e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001. p.19. O autor nos afirma que, de 1948 a 1959, a indústria nacional cresceu 60%.

⁸ Para ilustrar esta afirmação, citamos alguns dados publicados pelo INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS (INAE), intitulado, “*a questão social no Brasil: um balanço do século XX*”, Rio de Janeiro: INAE. 2004. Em 1960, 41,4% de todos os brasileiros eram pobres, ou seja, ganhavam menos do que o necessário para satisfazer suas necessidades básicas. Vinte e oito anos depois (1988), o número de pobres continuava quase no mesmo patamar (39,3%). Em 1989, do total de pobres no Brasil, 60,12% estavam localizados na região Nordeste e 25,16% na região Sul. Neste mesmo ano, enquanto o trabalhador da região Sudeste tinha uma renda média de 12,9% acima da renda nacional, o inverso acontecia no nordeste, onde o trabalhador ganhava um salário em média 37,7% abaixo da média nacional. Em 1990, o Brasil possuía uma taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, em torno de 18,3%. Desse total, 11,1% estavam na região Sudeste, e 36,4% na região Nordeste. (2004).

⁹ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Publifolha, 2002. v. 2. Na leitura de Faoro (1958), as elites políticas brasileiras procuraram acima de tudo preservar a estrutura econômica capitalista. A manutenção da ordem liberal-burguesa sempre esteve na ordem do dia, tanto para os mais liberais-conservadores, quanto para os mais favoráveis à presença do Estado na economia e na sociedade. Outro traço importante analisado pelo autor é a forma de dominação patrimonialista exercida historicamente pela classe política brasileira. O patrimônio e os recursos públicos sempre foram colocados para atender prioritariamente aos interesses de determinados grupos no poder ou a este associados. A participação efetiva do povo ficou sempre na retórica dos discursos oficiais. O que ocorria na realidade era a exclusão do povo do poder político, uma exclusão estratégica e cuidadosamente pensada pelos “donos do poder”.

¹⁰ No Brasil, o golpe militar de 1964 foi um movimento organizado por amplos setores das oligarquias civis e militares, com a finalidade de interromper um movimento em curso desde o início do século, liderado pelas classes trabalhadoras (operários e camponeses), por democracia e reformas estruturais. Os vinte anos de governos militares no Brasil constituíram numa clara opção ditatorial das classes dominantes nacionais, associadas aos interesses da burguesia financeira internacional, para impulsionar o enriquecimento concentrado das riquezas e assegurar a preservação da hegemonia da ordem capitalista monopólica no país. Com exceção do México, Venezuela e Costa Rica, os anos 60 e 70 foram marcados por uma série de golpes militares na América Latina.

¹¹ Para uma análise mais profunda da Ditadura Militar no Brasil, em 1964, ver: SADER, E. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América latina*. São Paulo: Pólis. 1982.

¹² BANCO MUNDIAL. *Informe sobre o desenvolvimento mundial*. Washington, D.C -1981. Segundo relatório do Banco, a partir de 1970, o petróleo passou a constituir cerca de 25% das contas de importação dos países industrializados. O preço deste produto foi elevado em mais de 80% entre 1978 e 1980.

¹³ POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001. Em 1975, a taxa de desemprego aberto no mundo foi estimada em 2,3% da PEA mundial. Vinte e quatro anos depois, em 1999, a taxa de desemprego aberto no mundo alcançou o patamar de 5,5% da PEA mundial. Um índice 2,4 vezes maior do que o apresentado em 1975. No Brasil, neste mesmo ano, a taxa de desemprego era de 1,73% da PEA. Em 2000, esse percentual foi de 15,3%.

¹⁴ SINGER, P. 2001, op. cit. Para o autor, a Terceira Revolução Industrial pode ser caracterizada pelo acelerado aumento da produtividade, tanto do trabalho industrial, como do setor de serviços, pela substituição do trabalho humano pelo computador e pela difusão do auto-serviço.

¹⁵ BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial- 1985* – Rio de Janeiro - Fundação Getúlio Vargas. 1985. .p. 2. “Em virtude da crise dos anos 1970, os países em desenvolvimento devem efetuar mudanças estruturais para ajudar a minimizar o sacrifício do crescimento em curto prazo e o desenvolvimento em longo prazo”.

¹⁶ BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial - 1985* – Rio de Janeiro - Fundação Getúlio Vargas. 1985

¹⁷ id.; ibid.

¹⁸ Os países do sul da África foram os primeiros a tomar dinheiro emprestado do Fundo Monetário Internacional, no chamado acordo de contingência, com a finalidade de fazer as reformas estruturais na economia. Desde então, estes países reembolsam, por ano ao FMI, cerca de 1 bilhão de dólares referente ao pagamento dos juros da dívida. Ver Banco Mundial *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial - 1985* – Rio de Janeiro - Fundação Getúlio Vargas. 1985. p.17

¹⁹ id.; ibid.

²⁰ TAVARES, M.C. op. cit. p. 25. Por câmbio flexível entende-se que o valor da moeda nacional será definido pelo chamado mercado. Assim, a desvalorização da moeda nacional e, por conseguinte, o valor da dívida interna e externa, ficam dependentes do valor do dólar norte-americano, que é determinado pelo mercado. O superávit fiscal significa uma espécie de poupança compulsória feita pelo governo para pagamento da dívida externa. de toda a riqueza que é produzida no país, o governo retira um montante. Esta ação imposta pelo FMI é uma tentativa de evitar que alguns países deixem de pagar a dívida. Na fiscalização feita pelo FMI, é verificado se os países estão cumprindo as chamadas metas de superávit fiscal.

²¹ Adotamos a terminologia utilizada por CHOMSKY, N. no livro *O Lucro ou as pessoas?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

²²BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento - 1995. op.cit.

²³ TAVARES (1997) op. cit. Os três planos econômicos (Cruzado - 1986, Bresser - 1987 e Verão- 1989) foram uma tentativa de controlar a inflação através de medidas recessivas. Os resultados não foram positivos. O objetivo de controlar a inflação não foi atingido. O Plano Real (1994) foi o primeiro plano de orientação recessiva que conseguiu reduzir a inflação.

²⁴ O Plano Real foi aplicado a partir de 1993, durante o mandato de Itamar Franco. Este plano tinha como meta prioritária o combate à inflação. Após sua aplicação, a inflação baixou de 200% ao ano para 6%.

²⁵ PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA-PSDB. *Declaração programática*. Brasília: PSDB. 2001. Disponível no site: www.psdb.org.br. Acesso em 03/09/2004.

²⁶ TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 18. “O consenso de Washington é hoje um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidades aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se, também, de políticas macroeconômicas de estabilização, acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes.”

²⁷ POCHMANN, M. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo:Contexto, 2001. Quando menciona o termo responsabilidade direta do Estado, o autor está se referindo às privatizações das empresas estatais realizadas nos Governos de Itamar e FHC. O projeto de privatização foi institucionalizado através da aprovação do Programa Nacional de Desestatização em 1990,

durante o governo Collor de Melo. Segundo Pochmann, entre 1990 e 1994, durante o governo Itamar Franco, foram privatizadas as empresas estatais do setor de petroquímica, siderurgia, mineração e fertilização, ocasionando uma perda líquida de 246 mil novos postos de trabalho. No governo FHC, as privatizações foram voltadas para os serviços públicos (telecomunicações, energia, transporte.), o que resultou na eliminação de 300 mil postos de trabalho entre 1995 e 1999.

²⁸ ALBUQUERQUE, R.C. *A questão social no Brasil: um balanço do século XX*. Rio de Janeiro: INAE, 2004. p. 50. Em 2000, o Brasil possuía 21,7 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza. Na pobreza extrema são consideradas as pessoas cuja renda familiar é insuficiente, até mesmo para o atendimento das necessidades básicas de alimentação.

ENVIADO EM: 01.12. 2011

APROVADO EM: 19.12. 2011